

SUMÁRIO

Prefácio	13
Introdução	17

1.

POLISSEMIA DAS VINCULAÇÕES DE RECEITA, 21

1.1. Morfologia e Caráter das Vinculações:	
Caráter Econômico	22
1.2. Caráter Jurídico	26
1.3. Caráter Político	38
1.3.1. Vinculação como Processo Político	38
1.3.2. Exemplo de Vinculação Simbólico-Institucional de Receitas: O Caso das Universidades Paulistas ...	41
1.3.3. Vinculação como Dotadora de Autonomia Financeira dos Poderes	48
1.3.4. Síntese do Caráter Político das Vinculações	52
1.4. Critérios Temporais e Vinculação a Órgãos Paraestatais	52
1.4.1. Vinculação de Receita para Dotar um Serviço Público com Patrimônio Particular	52
1.4.2. Momento da Arrecadação da Receita	56
1.4.3. Tributos Parafiscais e Afetação de Receitas	58
1.4.4. Redirecionamento de Receitas Públicas	64
1.5. Tipologia e Classificação das Vinculações	68
1.5.1. Classificação quanto aos Efeitos	69
1.5.2. Classificação quanto à Função	72
1.6. O <i>Trade-Off</i> da Vinculação de Receitas	79
1.6.1. Críticas à sua Existência: A Falta de Flexibilidade	81
1.6.2. Razões à sua Existência: O Maior Controle dos Gastos Públicos	85
1.7. Falsas Afetações de Receitas e Estimativa da Arrecadação	91

2.1. Vinculações de Receitas <i>Stricto Sensu</i>	96
2.1.1. Tributação sobre Combustíveis e Vinculação	101
2.1.1.1. Escorço Histórico e Comparativo	101
2.1.1.2. A Vinculação sobre Combustíveis no Brasil	105
2.1.2. Vinculações Indiretas de Receitas	108
2.1.3. Vinculações Temporárias	110
2.2. A “Vinculação” de Receitas no Federalismo Fiscal	114
2.2.1. Repartição de Receitas como “Vinculação” de Recursos Públicos	115
2.2.2. Diferença entre Vinculações de Receitas e Despesas Obrigatórias	118
2.2.2.1. Despesas Obrigatórias Mínimas para a Saúde	122
2.2.2.2. Despesas Obrigatórias Mínimas para a Educação	125
2.3. Vinculação de Receitas Públicas como Garantia	129
2.3.1. Conceito de Vinculação como Garantia	129
2.3.2. A Credibilidade Pública e a Vinculação como Garantia Especial do Crédito	132
2.3.2.1. A Justificativa de seu Uso	136
2.3.3. Evolução da Aplicação no Brasil	139
2.3.4. A Vinculação-Garantia da Lei Nº 11.079/05	143
2.3.4.1. Importância do Dispositivo no Ordenamento	143
2.3.4.2. Crítica Doutrinária ao Dispositivo	149
2.3.4.3. Interpretação pela Constitucionalidade do Artigo 8º, I, da Lei das PPPs	150
2.3.5. A Vinculação-Garantia Interfederativa	154
2.3.5.1. Repasse de Recursos e Receitas Partilhadas e Transferidas	154

2.3.5.2. A Retenção da União ao Repasse de Recursos (Art. 167, § 4º, <i>in fine</i> , CF e Art. 40, § 1º, II, LRF)	158
2.3.5.3. A Vinculação-Garantia de Receitas Transferidas: O Caso da Lei Baiana Nº 11.477/2009	164

3.

PRINCÍPIO DA NÃO AFETAÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS, 169

3.1. Princípios com Relação às Receitas no Direito Financeiro	170
3.2. Origem e Conteúdo do Princípio da Não Afetação	172
3.3. O Princípio da Não Afetação de Receitas Públicas no Brasil	175
3.3.1. Escorço Histórico	175
3.3.2. O Princípio na Constituição Federal de 1988	178
3.4. Razões da Existência do Princípio da Não Afetação	182
3.5. Relacionamento do Princípio da Não Afetação com os Princípios da Unidade e Universalidade	186
3.5.1. Princípio da Unidade Orçamentária e seu Relacionamento com a Não Afetação	189
3.5.1.1. Fundamento e Exceções à Unidade	192
3.5.1.2. Princípio da Unidade de Caixa	195
3.5.1.3. Princípio da Unidade no Direito Comparado	197
3.5.1.4. Concepção Moderna do Princípio da Unidade	200
3.5.2. Princípio da Universalidade Orçamentária e seu Relacionamento com a Não Afetação	202
3.5.2.1. Fundamentos e Exceções à Universalidade	206
3.5.2.2. Princípio do Orçamento Bruto	210
3.5.2.3. Princípio da Universalidade no Direito Comparado	212

3.5.2.4. Conceção Atual do Princípio da Universalidade	214
3.5.3. Conceção Doutrinária Integrativa dos Princípios	215
3.6. Princípio da Não Vinculação em outros Ordenamentos Jurídicos e suas Exceções	220
3.7. Relativização do Princípio da Não Vinculação de Receitas	229

4.

MECANISMOS MITIGADORES DA NÃO AFETAÇÃO E DAS VINCULAÇÕES DE RECEITAS NO BRASIL, 233

4.1. Vinculação de Receitas a Fundos Específicos	234
4.1.1. Vinculação de Receitas de Recursos Naturais a Fundos	237
4.1.1.1. Fundos Soberanos	239
4.1.1.2. Fundo Soberano do Brasil	241
4.1.2. Principais Fundos Constitucionais de Recursos Vinculados	243
4.1.2.1. Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza Federal	244
4.1.2.2. Fundos de Combate à Pobreza Estaduais, Distrital ou Municipais	248
4.1.2.3. Fundos Estaduais e Distrital de Fomento à Cultura	250
4.1.2.4. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	251
4.1.3. Principais Fundos Infraconstitucionais	253
4.1.3.1. Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN	253
4.1.3.2. Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário)	256

4.1.3.3. Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST e Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL	258
4.1.3.4. Fundo Nacional da Cultura	259
4.1.3.5. Fundo da Marinha Mercante – FMM	261
4.2. Desafetação de Receitas Públicas	262
4.2.1. Tendência Desvinculatória Estatal das Receitas	262
4.2.2. A Desvinculação de Receitas da União – DRU	267
4.2.2.1. A Posterior Mitigação da Desvinculação de Receitas da União	272
4.2.2.2. Aspectos Constitucionais da Desvinculação de Receitas da União	275
Síntese Conclusiva	281
Bibliografia	293
Índice Legislativo e Outras Fontes	310